



remaa

Formação humana insurgente no contraponto ao Capitaloceno: provocações a partir da emergência climática no estado do RS

Henrique Safady Maffei¹
Rede Municipal de Porto Alegre
ORCID: [0000-0003-1047-9687](https://orcid.org/0000-0003-1047-9687)

Maria Elly Herz Genro²
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
ORCID: [0000-0002-3330-2158](https://orcid.org/0000-0002-3330-2158)

Resumo: Este ensaio desenvolve um olhar sobre a crise ambiental, conectando os conceitos de Capitaloceno e Racionalidade neoliberal para pensar alternativas globais e locais. No contexto desta realidade, consideramos que a formação humana insurgente, ético-política, levando em conta direitos sociais e ambientais, é um processo fundamental no contraponto de uma civilização competitiva e predatória. Como parte deste estudo, analisamos artigos divulgados na imprensa alternativa, sobre o evento extremo no Rio Grande do Sul (RS), estado do Sul do Brasil, em maio de 2024. Cotejando dados empíricos e reflexões teóricas, consideramos vital politizar a formação humana, num movimento ético de valorização da vida, da pluralidade, da liberdade e da solidariedade como fios de uma teia para sustentar um processo de construção de uma democracia substantiva e incluyente.

Palavras-chave: Capitaloceno, Formação humana insurgente, Racionalidade neoliberal.

La formación humana insurgente como contrapunto al Capitaloceno: provocaciones desde la emergencia climática en el estado de RS

Resumen: Este ensayo desarrolla una mirada sobre la crisis ambiental, conectando los conceptos de Capitaloceno y Racionalidad neoliberal para pensar alternativas globales y locales. En el contexto de esa realidad, consideramos que la formación humana insurgente, ético-política, incorporando derechos sociales y ambientales, es un proceso fundamental en el contrapunto de una civilización competitiva y predatoria. Como parte de ese estudio, analizamos artículos divulgados en la prensa alternativa, a cerca del evento extremo en Rio Grande do Sul (RS), provincia del Sur de Brasil, en mayo de 2024. Intercalando datos empíricos y reflexiones teóricas, consideramos vital politizar la formación humana, en un movimiento ético de valorización de la vida,

¹ Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor de História da Rede Municipal de Porto Alegre. Vice-presidente da Associação Brasileira de Ensino de História (ABEH). hsmaffei@gmail.com.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora titular de Filosofia da Educação da Faculdade de Educação (FACED-UFRGS). Integra a coordenação do Grupo de Pesquisa “Universidade e Bem Viver” (UFRGS). mariaherz.1305@gmail.com.

de la pluralidad, de la libertad y de la solidaridad como hilos de una red para sostener un proceso de construcción de una democracia substantiva e incluyente.

Palabras clave: Capitaloceno, Formación humana insurgente, Racionalidad neoliberal.

Insurgent human formation as a counterpoint to Capilocene: provocations from the climatical emergency in the state of RS

Abstract: This essay looks into the ecological crisis, connecting the concepts of Capitalocene and neoliberal rationality to think of global and local alternatives. In this context, we believe that, considering environmental and social rights, the ethical-political insurgent human formation is a fundamental process to counter the competitive and predatory forces present in our civilization. As part of this study, we analyzed publications on the extreme weather events that happened in the state of Rio Grande do Sul, South of Brazil, in May 2024, published in the alternative press. By cross-checking empirical data and theoretical reflections we argue it is vital to politicize the human formation, in an ethical movement that values life, plurality, liberty and solidarity as threads in a web that sustains the construction process of an inclusive and substantive democracy.

Keywords: Capitalocene, Insurgent human formation, Neoliberal rationality.

Introdução

Construímos este ensaio objetivando um movimento de compreensão do colapso ambiental, do Capitaloceno e sua articulação com a civilização neoliberal no horizonte de enfrentamento sistêmico, que em nossa concepção dialoga com a necessidade de uma formação humana insurgente. Como parte deste estudo, buscamos analisar alguns artigos, divulgados na imprensa alternativa, sobre o evento extremo que vivenciamos no Rio Grande do Sul (RS), estado da região Sul do Brasil, em maio de 2024.

No RS, ocorreu uma das maiores tragédias climáticas do País: a maior enchente de que se tem registro, superando a de 1941, que deslocou milhares de famílias de suas casas e resultou na morte de 182 pessoas. A capital, onde vivemos, ficou isolada do resto do estado por uma semana, restando uma única via de passagem para a região metropolitana. No estado, dezenas de pontes “se desmancharam como um papel na água” diante da enxurrada de água, lama, barro e sujeira. Estradas bloqueadas, famílias vivendo em abrigos. Perdas de infraestrutura, histórias de vida que nos colocam uma perda monetária quase inestimável. Diversas escolas no estado tiveram perda total e algumas tardaram mais de seis meses para voltar a funcionar. Aulas suspensas por quase um mês em diversas localidades, inclusive na capital e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com mais de dois meses sem atividades presenciais, episódios que nos lembraram a pandemia de COVID-19.

Tal tragédia, brutal, não é um fato isolado. Se nós, gaúchos, vivenciamos isso, os brasileiros de uma forma em geral também têm vivido as consequências diretas da crise

ambiental. A seca e o calor elevado em quase todo o país no ano de 2024 fizeram acentuar e bloquear as fumaças das queimadas que ardem nossa Amazônia e o pantanal todos os anos. Umidade abaixo dos níveis desérticos e fumaça tóxica deixaram parte da América do Sul com dificuldade de respirar. Tudo isso nos remete a pensar sobre as causas dessa crise ambiental e desenvolver nossa temática numa articulação com a urgência de uma crítica contundente à civilização neoliberal, e assumir a necessidade de uma formação ético-política no cuidado com o mundo e numa perspectiva democrática para construir efetivamente um mundo voltado para o bem comum.

Neste ensaio, fazemos um esforço de ampliar a percepção sobre a crise, acomodando-a em uma visão mais sistêmica e civilizacional, o que significa dizer que a resposta à ela demanda ser mais complexa, também sistêmica e civilizacional. Nesse sentido, precisamos pensar em uma formação humana insurgente, numa perspectiva ético-política democrática e solidária, em que sejam levados em consideração os direitos da Natureza, dos seres humanos e não-humanos. Propomos aqui uma oposição à racionalidade e subjetividade neoliberal, instituindo uma crítica a um sistema destruidor das relações solidárias, coletivas e do planeta. Desenvolvemos, também, uma análise de alguns artigos publicados na imprensa alternativa sobre a tragédia no Rio Grande do Sul (RS) em maio de 2024.

Contexto da crise ambiental na civilização neoliberal

Para compreendermos a crise ambiental (ou catástrofe) que estamos vivenciando no mundo, consideramos necessário buscar noções/conceitos que nos permitam uma compreensão mais alargada desta realidade. Será que o conceito de Antropoceno é suficiente para dar conta de denominar a crise ambiental? Conceituar como Capitaloceno pode contribuir para ampliar e adensar nossa percepção deste mundo do desastre e poder visualizar alternativas baseadas numa concepção diferenciada de natureza, ser humano e História? Para iniciar esta reflexão, explicitamos a fala do político e economista equatoriano, Alberto Acosta (2020), para primeiro nos pôr de acordo sobre o que falamos:

Já não falemos mais sobre mudanças climáticas. Sejamos precisos nos termos. Estamos no meio de um colapso climático. Não podemos esquecer que as mudanças no clima têm sido parte integrante da história da Terra. E esse colapso foi forjado

pelos seres humanos dentro da estrutura do que é superficialmente conhecido como o “antropoceno”; em termos corretos, corresponde ao “capitaloceno” (Acosta, 2020, sp).

O Antropoceno é uma formulação proposta por Paul Crutzen e Eugene Stoermer (2000), geólogos que ao perceberem os efeitos das ações da humanidade sobre o planeta, propuseram o início de uma nova época geológica, pós Holoceno – aquela que se iniciou com o fim da última era glacial há cerca de 12 mil anos. Para esses autores, a ação humana representou um impacto geológico novo e por isso o nome de Antropoceno. O início dessa nova era, arbitrariamente e como hipótese levantada pelos dois, foi o fim do século XVIII, coincidindo com a Revolução Industrial e a introdução da máquina a vapor de James Watt em 1784.

Segundo o historiador britânico Jason Moore (2022), um dos grandes méritos do conceito de Antropoceno, além de perceber a Humanidade como agente geológico, é ter popularizado essa responsabilidade. O Antropoceno estampa primeiras páginas de diversos periódicos do mundo, dentre eles *The Economist* e *The New York Times*. No Brasil, podemos acrescentar que o conceito de Antropoceno também é usado pela grande mídia, como *Folha de São Paulo*, *TV Globo* e *GloboNews*. Esta popularização do conceito coloca a ação do ser humano na pauta dos impactos ambientais e – tirando os negacionistas da crise ambiental –, faz com que uma pessoa comum possa refletir sobre nossa responsabilidade individual e coletiva sobre o que está se passando no planeta.

Entretanto, a grande lacuna desse conceito de Antropoceno, retomando Moore (2022), é que, ao responsabilizar o *Anthropos* como um todo, silencia sobre todo o sistema de desigualdade, colonialidade, racialidade e misoginia que o capitalismo construiu desde 1492. É como se a Humanidade fosse enxergada como um todo homogêneo e a responsabilização pelo uso de combustíveis fósseis, por exemplo, não estava vinculada a um sistema de exploração multiespécies. Precisamos entender que ao culpar a “Humanidade”, entre aspas, damos o mesmo grau de responsabilidade a uma mulher negra escravizada no Brasil de 1800 e a um proprietário britânico de uma grande mina de carvão. As responsabilidades, nesse caso, são muito diferentes, desvelando uma concepção eurocêntrica, racial e misógina de quem comporia essa “Humanidade”.

Mais do que debater conceitos, estamos problematizando a gravidade da questão e as necessárias tarefas de superação do colapso climático, pois se trata de reafirmar, mais uma vez, salvar o planeta. Assim, é importante que digamos, retomando Moore (2022), que:

o Antropoceno faz soar o alarme, e que alarme! Mas é incapaz de explicar como essas mudanças alarmantes ocorreram. Questões acerca do capitalismo, do poder e classe, antropocentrismo, enquadramentos dualistas de ‘natureza’ e ‘sociedade’ e o papel dos Estados e impérios – tudo isso costuma ser limitado pela perspectiva dominante do Antropoceno (Moore, 2022, p. 19).

O Capitaloceno é uma palavra feia para um sistema feio, nos diz Moore (2022). Nos referimos a esse autor recorridamente por uma razão: ele é um dos primeiros a colocar esse conceito em evidência. Este conceito nos ajuda a problematizar uma série de consequências que o Antropoceno não dá conta. A grande virada de chave para Moore é a ascensão do capitalismo, que passou a organizar a natureza de outra forma, incorporando-a como valor barato para a apropriação infinita ao mesmo tempo em que a civilização passou a ser baseada no trabalho e não mais na produtividade da terra. Este processo ocorre a partir da invasão da América e a incorporação da África em um sistema-mundo (Wallerstein, 2007).

Por que em 1492 e não na Revolução Industrial? Pois é justamente com a imposição de um sistema-mundo que há uma virada geológica no planeta. Ou dito de outra forma, o capitalismo, ao se impor no século XV-XVI, realiza uma virada na relação do ser humano com a natureza. O dualismo, a separação entre o homem (e aqui ressaltamos o masculino como opressor hegemônico) e a natureza, em nossa perspectiva, é um conceito judaico-cristão milenar. Mas essa separação se efetiva de uma forma totalmente nova a partir da invasão da América e a construção de um sistema-mundo, ou ecologia-mundo como refere Moore (2022). Por quê? Porque o capitalismo se impõe como um sistema mundial ao mesmo tempo em que rompe com a ideia de que a riqueza vem da terra – essa territorialmente limitada –, e, logo, a riqueza descola-se dos limites territoriais da terra. A riqueza passa a vir do trabalho e esse não tem fronteira. Logo, se impõe uma acumulação de capital, um entesouramento, que é mundial e que se baseia na exploração do trabalho remunerado (ou não) em qualquer parte do mundo. Na perspectiva de Moore (2022), não só no trabalho dos humanos subalternizados – desprovidos de “Humanidade” – mas também, e em igual medida, do trabalho da natureza como um todo: florestas devastadas para produzir mercadoria ou barcos

que servem para transportar essa mercadoria pelo Atlântico; pessoas – racializadas e incorporadas a uma natureza selvagem – que se tornam mercadoria e são transportadas em naus que antes eram árvores. As terras que são usadas até o esgotamento para a produção de alimento barato e energético para a mão de obra.

Como a riqueza vem do trabalho – e não mais da terra – ao se esgotar um território, invade-se outro, sequestra-se outra mão-de-obra, exterminam-se outras espécies. E isso tudo ocorre muito antes da descoberta da máquina a vapor, movida a carvão –, esse também saqueado da natureza em qualquer lugar do mundo. Por isso, quem instaura a crise planetária, o Capitaloceno, é o capitalismo: evidente que pela ação do *Antropos*, mas não qualquer *Antropos*: os homens, europeus, brancos, proprietários (e logo capitalistas) a quem se automearam “A Humanidade”.

Convém explicitar que o capitalismo compõe o auge de uma construção histórica hegemônica da modernidade/colonialidade eurocêntrica que está sustentada em, pelo menos, três princípios básicos: o antropocentrismo, em que o homem assume uma centralidade; a valoração de saberes atrelados à técnica e ao desenvolvimento das forças produtivas, e a centralidade do indivíduo como sustentador da sociedade, e não o coletivo. Tal construção histórica é resultante de um projeto societário que, agora, assume outras características próprias da civilização neoliberal.

A potência da ideia do Capitaloceno é perceber que a natureza passa a ser encarada como um valor, um valor barato. Não é mais nosso *habitat*, nosso espaço comum: ela é um meio de entesouramento, não como matriz de vida, pois somos natureza e vivemos entrelaçados num feixe de múltiplas vidas. O entendimento inicial, desde 1492, que continua em vigor até hoje, é que a natureza é inesgotável, um valor barato (Moore, 2022). Para Sandro Miranda (2024),

Apesar de o meio ambiente ser um bem público de uso comum, há pelo menos dois séculos ele vem sendo privatizado por meio da sistemática externalização dos danos à natureza. Neste tipo de prática, o ambiente é tratado como ambiente de descarte de tudo aquilo que não pode ser apropriado pelo capital, com a poluição das chaminés, rejeitos e resíduos sólidos contaminantes. O resultado é um crescimento sem precedentes no nível de dióxido de carbono na atmosfera, o que foi intensificado neste “século de privatizações” (Miranda, 2024, sp).

Ao conceito de uso da Natureza como valor barato, agregamos a concepção de neoliberalismo como uma nova racionalidade, que está tecendo uma nova forma de civilização, nesse caso, neoliberal. Ao nos referirmos à racionalidade neoliberal não estamos criando um eufemismo para não falar de capitalismo, é apenas um entendimento de que após os anos 1980, com a ascensão da hegemonia neoliberal, o capitalismo vira mais uma chave que é transformar corações e mentes. Como disse Margareth Thatcher³: faz-se necessário “mudar o coração e a alma” das pessoas. É, neste contexto, que a era do Capitaloceno se intensifica, e a busca infinita da acumulação se constitui num todo orgânico entre exploração, expropriação e apropriação sem fim de seres vivos, territórios e outros meios de vida dilapidados pela “Era do Capital”. É nesse sentido que Naomi Klein (2024, sp) afirma que: “quando se tem um desastre dessa magnitude, fica evidente que o nosso planeta está superaquecendo e que esse cenário se cruza com as políticas neoliberais”.

Desta forma, um dos elementos sistêmicos que devemos considerar que também compõem essa era geológica do Capitaloceno é a forma de ser, estar, viver e sentir o mundo e as relações entre os seres. Na nossa perspectiva, neste contexto atual, há a hegemonia de uma racionalidade neoliberal, uma nova razão do mundo. Tomamos esse conceito da leitura de dois autores franceses, o filósofo Pierre Dardot e o sociólogo Christian Laval (2016) e da socióloga argentina Verónica Gago (2018). A racionalidade neoliberal representa uma nova tecnologia de governo, uma forma diferenciada do governo das pessoas ou do governo de si; como propõe o conceito de governamentalidade de Foucault (2008). Nessa nova tecnologia de governo, as pessoas são entendidas como sujeitos-empresa, únicas responsáveis pelo seu sucesso ou fracasso. Tal cidadania-empresa desconfigura o ser humano como ser sociável e coletivo. Assim, mudar corações e alma significa criar uma nova espécie a que denominamos *Homo empreendedorum* (Maffei, 2021).

Nessa civilização neoliberal, o Estado precisa ser reorganizado, pois o enfoque deste está na salvaguarda dos interesses dos grandes conglomerados de empresas multinacionais, tendo como consequência o descompromisso com o bem comum – dentre eles, os direitos da Natureza - e os direitos sociais. Tais interesses estão sempre representados no famoso

³ Entrevista disponível em: <<https://bit.ly/3ohckLZ>>. Acesso em: 24 jul. 2021.

mercado, entidade alçada à figura de divindade, sempre ávida por garantir as melhores condições para investimentos e lucros, mesmo que isso represente a miséria e a fome de bilhões de seres humanos e a destruição do planeta. Nesse contexto, Dardot *et al.* (2021), mencionam que:

Os neoliberais têm a convicção de que o que está em jogo com a ordem do mercado, muito mais que a escolha de uma política econômica, é uma civilização inteira, que repousaria principalmente sobre a liberdade e a responsabilidade individuais do cidadão-consumidor (Dardot, *et al.*; 2021, p. 36).

Assim, a civilização neoliberal corrói a coletividade, ao colocar todos os sujeitos como empresas disputando seu lugar ao sol, numa corrida individualista pelo seu sucesso graças ao fracasso de outrem (Maffei, 2021). Tal concepção de vida social deixa uma avenida aberta para o autoritarismo, sentimento reforçado pela política de humilhação da maioria e a corrosão da solidariedade, como apontam autores como Milton Santos (2019); Michael Sandel (2020); Wendy Brown (2019).

Tais elementos constituem, em nossa perspectiva, uma civilização neoliberal, que encontra suporte na compreensão de uma era geológica que se instaura a partir da ascensão do Capitalismo, o Capitaloceno. Pois é no aprofundamento do Capitaloceno com todas suas consequências para a humanidade e o planeta, que se reforça e retroalimenta a Civilização Neoliberal. Tal racionalidade se processa de forma multifacetada em diversos aspectos: econômicos, ideológicos, políticos, culturais e sociais. Talvez, a destituição do Estado de bem estar social seja a parte mais visível do processo, mas não o único. Isso também se entrelaça em distintos matizes, construindo e incidindo sobre subjetividades que enaltecem a meritocracia e a liberdade empreendedora individual e que dão substrato à civilização neoliberal que não é isenta de contradições e resistências.

Olhares sobre a tragédia ambiental no RS

Como ilustração do colapso ambiental, nos utilizamos da experiência por nós vivida que foram as enchentes de maio de 2024 no RS. Como laboratório de pesquisa, buscamos encontrar diálogos com artigos e entrevistas publicados a partir desse evento. A nossa intenção foi problematizar até que ponto as leituras selecionadas e as possíveis respostas dadas ao enfrentamento da situação se aproximam de uma perspectiva de compreensão mais

sistêmica, situando a existência do Capitaloceno e do neoliberalismo como fatores de fundo das enchentes. O nosso recorte buscou textos de junho de 2024, imediatamente após a enchente, em órgãos de imprensa alternativos, entendidos como aqueles que não estão vinculados a grandes interesses econômicos e hegemônicos. A nossa escolha por esses meios foi fugir de uma cobertura midiática da grande imprensa que não trata com a devida profundidade, deixando de conectar, na maioria das vezes, esse e outros acontecimentos com uma análise mais global.

Desta forma, buscamos dois meios de divulgação: o Sul21 e o Brasil de Fato. Ambos digitais, sendo o primeiro um órgão do estado do RS e o outro nacional. Neles, encontramos oito artigos/entrevistas, quatro em cada órgão de imprensa, que atendiam à questão que problematizamos. São eles: *“O livre mercado fracassou. Chegou a hora do Leviatã Climático?”*, de Sandro Ari Andrade Miranda (Sul21, 11 Jun.); *“Um conto de um Estado e de sua Capital”*, de Henrique Morrone (Sul21, 13 Jun.); *“Aonde está a política ambiental do Rio Grande do Sul”*, de Reginete Bispo (Sul21, 5 Jun.); *“Rualdo Menegat: ‘O pior recado para gerações futuras é que não tem saída, não tem porque houve descaso’”*, entrevista com Rualdo Menegat (Sul21, 13 Jun.); *“O Congresso é a expressão política do negacionismo, afirma Alceu Castilho”*, entrevista com Alceu Luis Castilho (Brasil de Fato, 8 Jun.); *“Ao evidenciar emergência climática, tragédia no RS pode abalar agenda política da direita, diz Naomi Klein”*, entrevista com Naomi Klein (Brasil de Fato, 17 Jun.); *“Antropoceno ou Capitaloceno? Politizar a ecologia é preciso”*, de José Renato de Oliveira Barcelos (Brasil de Fato, 10 Jun.); e *“Fome e emergência climática no RS: é preciso repensar o modelo gaúcho de desenvolvimento, diz pesquisadora”*, entrevista com Mirian Dickel (Brasil de Fato, 16 Jun.).

Em uma primeira leitura, buscamos delimitar quais destes textos trazem uma visão mais sistêmica, não encarando a enchente apenas como fato isolado, e quais localizam o evento em um espaço-tempo mais determinado. Nesse levantamento, identificamos que cinco autoras/es se referem de forma sistêmica, e três com análises mais técnicas, voltadas para o local. Essa primeira compreensão foi importante para detectarmos quais dialogam mais com nossa perspectiva relacional sobre causas e efeitos da tragédia vivenciada.

Nos referimos a “eventos trágicos” não como pontos isolados, mas como parte de um colapso ambiental maior e, nisso, se insere, entre tantos outros, a enchente no RS. Diante

disso, precisamos politizar a ecologia, como propõe José Barcelos (2024), o que significa que não podemos olhar para o problema ambiental como algo em si mesmo, ou à parte: necessitamos um olhar sistêmico para compreender a gravidade da situação e buscar alternativas para superá-la. Ou dito de outra forma, trata-se de salvar o planeta e isso não requer uma solução única, muito menos fácil ou exclusiva da ecologia: é muito mais complexa, é ampla, social, histórica e política.

Politizar a ecologia significa também olhar para o problema para além das aparências, embora ele seja cristalino – e mesmo assim não seja enxergado por muitos. No caso da enchente em Porto Alegre, certamente, devemos responsabilizar o atual prefeito, Sebastião Melo, que não investiu na manutenção do sistema de controle de enchentes e buscou, em seus quatro anos, privatizar a companhia de água e esgoto responsável por esse sistema. Ou responsabilizar o governador, Eduardo Leite, que segue a mesma linha privatista. Eles e suas políticas têm responsabilidade, como apontam Menegat; Bispo; Morrone (2024). Mas isso, embora seja grave, é só parte do problema. Limitar aos governantes a responsabilidade significa inocentar o grande responsável pelo colapso climático, que, em nossa perspectiva, é o capitalismo.

O evento no Rio Grande do Sul, embora catastrófico, é apenas um ponto representativo de algo maior: nosso planeta está esgotado e o colapso climático é parte de sua acomodação para seguir vivo. Inocentar o prefeito, o governador ou o sistema capitalista tem a mesma gravidade e, ao não o fazer, corremos o risco de não nos prepararmos para outro evento que virá, só não sabemos quando e onde. Como nos diz Barcelos (2024, sp), “neste momento crítico, impõe-se a radicalização (de ir à raiz) da crítica a esta desdita sem precedentes, investigando as suas causas tangentes mais profundas, que envolvem as relações de poder próprias da intervenção humana no meio ambiente”.

Numa segunda etapa do estudo, buscamos ver quais autoras/es referem-se ao neoliberalismo como elemento importante da politização do tema. Neste quesito, encontramos três que se referem a ele. A visão de Naomi Klein (2024) associa o superaquecimento do planeta a políticas neoliberais; a de Sandro Miranda (2024) vincula o neoliberalismo à privatização do serviço público e à apropriação privada da natureza; e, por

fim, a de Henrique Morrone (2024), associa o neoliberalismo a uma forma técnico-política de sucateamento do estado, com a fé no poder do mercado e da austeridade fiscal.

Na terceira sistematização dos artigos, buscamos as possibilidades de respostas à crise ambiental, e constatamos que todos apresentam alternativas à crise ambiental. Na Tabela 1, apresentamos esta sistematização.

Tabela 1: Alternativas diante à Crise Climática.

Autor/a (órgão, data)	Propostas
Reginete Bispo (Sul21, 5 Jun. 2024)	Fortalecimento do código ambiental e instituições desmontadas (Fundação Zoobotânica). Educação ambiental (responsabilidade individual) como conscientização. Captura de experiências internacionais/locais.
Alceu Castilho (Brasil de Fato, 8 Jun. 2024)	É preciso questionar as estruturas, econômicas, políticas, eleitorais. Dar espaço para a agroecologia e a agricultura mais consciente. Mídia difusora de um modelo único que associa a agricultura com negócio. Responsabilidade sobre os grupos econômicos que financiam o agronegócio e tem um peso histórico no Congresso.
Naomi Klein (Brasil de Fato, 17 Jun. 2024)	Não austeridade em um momento de crise. A importância do papel do estado. Distribuição real de riquezas – taxar os poluidores. Políticas climáticas visionárias entendidas como antifascistas.
José Barcelos (Brasil de Fato, 10 Jun. 2024)	Condicionantes do humano com o ambiente estão relacionadas com o capitalismo. Politizar a ecologia. Propõe uma ética da vida. Construção de novas lógicas precaucionais, preventivas e eficazes de contenção.
Henrique Morrone (Sul21, 13 Jun. 2024)	Propõe perspectivas de gestão. Defende o investimento do Estado, mais social e não neoliberal
Rualdo Menegat (Sul21, 13 Jun. 2024)	Diagnóstico técnico mais elaborado, científico, como a Natureza se apresenta em Porto Alegre (singularidades do local). “Não temos bala de prata, não há bala de prata”. Falta muita gestão, houve muito descaso. A situação era conhecida e podia ser imaginada. Falência total da gestão ambiental: “Prefeitura mínima” Aponta a necessidade de democratização da gestão ambiental, ouvir a inteligência social local, não terceirizar. Importância da educação ambiental. Evento climático não é uma fatalidade.
Sandro Miranda (Sul21, 11 Jun. 2024)	Estado de bem-estar ecológico

Mirian Dickel (Brasil de Fato, 16 Jun. 2024)	Crítica ao desenvolvimentismo no campo. Crítica o agronegócio como parte de um sistema maior. Propõe políticas públicas de agricultura regenerativa e investimento na agricultura familiar
--	--

Fonte: Sistematização dos artigos estudados na perspectiva de nossa autoria.

A partir da sistematização apresentada, podemos apontar que a diversidade dessas propostas se conecta e se complementa. Destacamos que há três aspectos em que elas se debruçam com mais cuidado: a educação, a gestão ambiental e a democracia. Esses três aspectos servem para reforçar o combate ao enfrentamento à crise ambiental e ao neoliberalismo que, em nossa perspectiva, se refere a um embate político-societário, onde o cuidado com a Natureza e com a vida em geral deve ser um compromisso ético, contraposto à civilização neoliberal.

Formação humana insurgente no cuidado com o mundo

Mudar a História da humanidade no porvir inclui a tarefa de olhar para o passado com outras lentes para compreender em que momento nós, enquanto humanidade, nos colocamos como seres antinaturais que nos demos o direito de usufruir da Natureza sem perceber que ela é um sistema finito e que requer seu tempo, sua lógica, que nada tem a ver com a lógica do capital. Com a hegemonia do neoliberalismo, temos vivenciado as consequências mais drásticas do Capitaloceno, em que nossas cidades ou estados se afundam em águas poluídas ou ardem em chamas de segura e queimadas, todos fenômenos relacionados com a voracidade do capital.

Pensamos que o cuidado com o mundo e com a vida humana e mais que humana deve ser um ideário permanente que nos mobilize, enquanto singularidade e comunidade, para produzirmos experiências e pensamentos que nos levem a um horizonte distinto do neoliberal. Temos que nos orgulhar de pertencer a raça humana, de sermos *Homo sapiens* e lutarmos contra a civilização do *Homo empreendedor* e o Capitaloceno. Nesse sentido, precisamos reafirmar a democracia, a solidariedade e a coletividade. Olhar para a História e para o planeta com generosidade e respeito, no reconhecimento de uma diversidade de

resistências e existências comprometidas com um mundo possível e assim adiar o seu fim. Para Barcelos (2024):

Politizarmos a ecologia, portanto, será essencial para que possamos encontrar a saída deste labirinto de aporias em que vivemos. Visualizarmos possibilidades concretas e libertadoras de um futuro criativamente (des)ordenado, plural, misturado, diverso e interespecies para além da “ecologia-mundo” capitalista em nome de uma ética da vida é o desafio que se impõe (2024).

Nessa esteira, consideramos vital politizar a formação humana, num movimento ético de valorização da vida, da pluralidade, da liberdade e da solidariedade como fios de uma teia para sustentar um processo de construção de uma democracia substantiva e incluyente. Neste sentido, nos aproximamos da concepção de política de Arendt (2008), partindo do pressuposto que o ser humano não é um ser político na sua essência (a política não tem uma essência), mas somos seres capazes de ação política que acontece no espaço comum/público em que está presente a pluralidade humana. Na introdução do livro de Arendt (2008), “A promessa da Política”, Jerome Kohn (2008) descreve a concepção da metáfora do deserto existente em sociedades modernas, que não é o resultado da vida política pública, mas da ausência da política, como exercício da liberdade humana, como discurso e ação. Os trágicos eventos do século XX, o fortalecimento da sociedade de massa e a continuidade de eventos destrutivos no século XXI, pautado pelas referências protofascistas e seus correlatos, como o totalitarismo do mercado anunciam a visão distópica em que estamos mergulhados. Falar da reinvenção da política, como iniciar novos começos, ir além do instituído, trazer experiências outras, pensar projetos de vida alternativas, talvez, seja uma possibilidade, entre outras, de oxigenar a vida democrática. Para Kohn (2008),

Na medida em que nos tornamos mais alheios ao mundo público, estamos em posição de sermos arrastados para o mal, como para o inferno; de cair num vazio sem fim onde nada, nem mesmo o deserto, nos rodeia e onde não há nada que nos individualize, nos relacione ou nos separe (Kohn, 2008, p. 36).

A democracia como um modo de existência envolve materialidade (condições objetivas), defesa de direitos fundamentais, relações sociais e políticas mais horizontais nos múltiplos espaços em que vivemos, entre eles, a Universidade e a escola. Uma democracia substantiva e não meramente procedimental, envolve processos de politização num combate

às estruturas patriarcais, racistas e capitalistas que sustentam as múltiplas opressões e desigualdades. Nesta direção, salientamos a contribuição de Castilho (2024, sp) de que “é preciso questionar as estruturas, econômicas, políticas e eleitorais”, para fortalecer a “agroecologia e a agricultura mais consciente praticada há milênios pelos povos do campo”.

Algumas considerações para finalizar

Na contestação à estrutura atual, Gudynas (2019) elabora uma importante crítica à herança da cidadania neoliberal e a conseqüente cidadania incompleta, que se apropria de um conjunto mínimo de direitos individuais, da negação e silenciamento dos direitos sociais e ambientais, sem um imperativo pautado pelo bem comum, limitando a cidadania à ideia de consumidor. A ampliação do conceito de formação humana, assumindo um sentido insurgente entende o enfrentamento ao colapso ambiental e social como algo sistêmico, pois precisamos viver num ambiente não devastado, valorizando paisagens e territórios não destruídos, de acordo com a pluralidade das experiências das diferentes comunidades humanas e não humanas, no sentido de pertencimento social e ambiental. Essa formação requer, como aponta Menegat (2024), nos valer da inteligência social local, pois, a educação ambiental pressupõe não naturalizar os eventos climáticos extremos e caminhar numa direção biocêntrica e democrática da gestão ambiental.

Na perspectiva de uma formação insurgente incluímos a ética e a estética, a partir da produção de Hermann (2008), numa reinvenção na arte de viver, levando em conta os contextos singulares, as emoções e a sabedoria prática num movimento de tensionamento entre princípios universais e experiências locais: “A exigência ética da educação pode, então, se efetivar como uma arte de viver, reconhecendo a tensão entre a criação de si e os princípios universais, a tensão está permeada pela complexa relação entre o intelecto e as emoções” (Hermann, 2008, p. 26).

Uma formação insurgente numa perspectiva de uma cidadania ampliada necessita descolonizar o conhecimento, relacionando a técnica, a ciência, o humano e a natureza, entendendo como partes integrantes e conectadas de um todo único. Para dar conta dessa formação ampliada, precisamos estabelecer outras formas democráticas, sensíveis e de

cuidado com o mundo. Nesse sentido, criar espaços de diálogo *com* e *na* sociedade, reforçando uma ótica comunitária, educativa, ambiental e politizada, na contramão da individualidade neoliberal.

Referências

ACOSTA, Alberto. Pandemia e destruição capitalista. Entrevista concedida a Contrapoder. **Blog Editora Elefante**. São Paulo. 11 mai. 2020. Tradução: Carmem Castro. Disponível em: <https://editoraelefante.com.br/pandemia-e-destruicao-capitalista/>. Acesso em 21 mai. 2020.

BARCELOS, José Renato de Oliveira. Antropoceno ou Capitaloceno? Politizar a ecologia é preciso. **Brasil de Fato**. Porto Alegre, 10 Jun. 2024. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2024/06/10/antropoceno-ou-capitaloceno-politizar-a-ecologia-e-preciso>. Acesso em 1 Jan. 2025.

BISPO, Reginete. Aonde está a política ambiental do Rio Grande do Sul. **Sul 21**. 5 Jun. 2024. Disponível em: <https://sul21.com.br/opiniao/2024/06/aonde-esta-a-politica-ambiental-do-rio-grande-do-sul-por-reginete-bispo/>. Acesso em: 8 Mar. 2025.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**. A ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CASTILHO, Alceu. O Congresso é a expressão política do negacionismo, afirma Alceu Castilho. Entrevista para Ayrton Centeno. **Brasil de Fato**. 8 Jun. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/06/08/o-congresso-e-a-expressao-politica-do-negacionismo-afirma-alceu-castilho/>. Acesso em: 8 Mar. 2025.

CRUTZEN, Paul J.; STOERMER, Eugene F. The Anthropocene. In: **International Geosphere-Biosphere's Newsletter**, n. 41, p. 17-8, 2000.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo/SP: Boitempo Editorial, 2016.

DARDOT, Pierre; et al. **A escolha da Guerra civil**. Uma outra história do neoliberalismo. São Paulo: Elefante, 2021.

DICKEL, Mirian. Fome e emergência climática no RS: é preciso repensar o modelo gaúcho de desenvolvimento, diz pesquisadora. Entrevista com Ayrton Centeno. **Brasil de Fato**. 8 Jun. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/06/16/fome-e-emergencia-climatica-no-rs-e-preciso-repensar-o-modelo-gaucha-de-desenvolvimento-diz-pesquisadora/>. Acesso em: 8 Mar. 2025.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes Editora, 2008.

GAGO, Verónica. **A razão neoliberal**: economias barrocas e pragmática popular. São Paulo: Editora Elefante, 2018.

GUDYNAS, Eduardo. **Direitos da Natureza**. Ética biocêntrica e políticas ambientais. São Paulo: Elefante, 2019.

HERMANN, Nadja. Ética: a aprendizagem da arte de viver. **Educação e Sociedade**. Campinas. vol. 29, n. 102, p. 15-32, jan./abr. 2008.

KLEIN, Naomi. Ao evidenciar emergência climática, tragédia no RS pode abalar agenda política da direita, diz Naomi Klein. Entrevista a Gabriela Moncau. **Brasil de Fato**. 17 Jun. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/06/17/ao-evidenciar-emergencia-climatica-tragedia-no-rs-pode-abalar-agenda-politica-da-direita-diz-naomi-klein/>. Acesso em: 8 Mar. 2025.

KOHN, Jerome. Introdução. ARENDT, Hanna. **A promessa da política**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2008.

MAFFEI, Henrique. **Tempos neoliberais e a universidade**: brechas no horizonte da formação insurgente. [Tese de doutorado UFRGS, PPGEDU]. 2021.

MENEGAT, Rualdo. Rualdo Menegat: “O pior recado para gerações futuras é que não tem saída, não tem porque houve descaso”. Entrevista. **Sul 21**. 13 Jun. 2024. Disponível em: <https://sul21.com.br/podcast/de-poa/2024/06/rualdo-menegat-o-pior-recado-para-geracoes-futuras-e-que-nao-tem-saida-nao-tem-porque-houve-descaso/>. Acesso em: 8 Mar. 2025.

MIRANDA, Sandro Ari Andrade de. O livre mercado fracassou. Chegou a hora do Leviatã Climático? **Sul 21**. 11 Jun. 2024. Disponível em: <https://sul21.com.br/opiniao/2024/06/o-livre-mercado-fracassou-chegou-a-hora-do-leviata-climatico-por-sandro-ari-andrade-de-miranda/>. Acesso em: 8 Mar. 2025.

MOORE, Jason W. (org) **Antropoceno ou Capitaloceno?** Natureza, história e a crise do capitalismo. São Paulo: Elefante, 2022.

MORRONE, Henrique. Um conto de um Estado e de sua Capital. **Sul 21**. 13 Jun. 2024. Disponível em: <https://sul21.com.br/opiniao/2024/06/um-conto-de-um-estado-e-de-sua-capital-por-henrique-morrone/>. Acesso em: 8 Mar. 2025.

SANDEL, Michael. **A tirania do mérito**. O que aconteceu com o bem comum? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 29ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O universalismo europeu**: a retórica do poder. São Paulo: Boitempo, 2007.

Submetido em: 10-03-2025

Publicado em: 10-04-2026